



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

Relatório de Audiência

Dia: 19 de janeiro de 2016

Hora: 15h30

N.º 1/XIII (1.ª)

ENTIDADE: Petionárias da [Petição n.º 306/XII/3.ª](#) (Ana Clara Zaluar Basílio, Teresa Marques, Maria José Espírito Santo e Teresa Folha)

ASSUNTO: Pretendem que o Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian permaneça na rede de equipamentos da Santa Casa da Misericórdia

Recebidos pelas Senhoras Deputadas Joana Barata Lopes, Helga Correia e Susana Lamas (PSD)

A Senhora Deputada **Joana Barata Lopes (PSD)**, deu as boas vindas às requerentes da audiência e fez o ponto da situação relativa àquela petição, entrada na Assembleia da República na passada Legislatura, em 26 de novembro de 2013, após o que deu a palavra às requerentes da audiência.

Foi explicado que aquele pedido de audiência se prende com um desenvolvimento que entretanto ocorreu e de que gostavam de dar conta à relatora daquela petição: é que verificou-se uma segunda prorrogação do protocolo (documento que consta do processo), de acordo com o qual o Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian se mantém na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) até setembro de 2016, o que tem consequências ao nível do seu funcionamento, porque a “tutela”, que é a SCML, gere o Centro com “serviços mínimos”: o quadro não se renova após saídas por aposentação (saíram cerca de 50 pessoas); não são feitas obras de reparação ou manutenção, designadamente nos veículos do Centro, que transportam crianças deficientes. Em conclusão, por desconhecer-se o que o futuro lhes trará, há uma instabilidade muito grande não só nos utentes como nos trabalhadores do Centro. Esta prorrogação não irá concretizar qualquer objetivo, a não ser uma grande instabilidade.

Verificam que a Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa não tem condições – nem está interessada - para suportar a gestão do Centro, cujas despesas serão da ordem dos 1,5 Milhões de euros por ano. A prová-lo: a existência de quatro funcionários da Associação que estão a trabalhar no Centro com salários em atraso.

Por outro lado, o histórico da intervenção da Associação é ao nível do CAO (Centro de Atividades

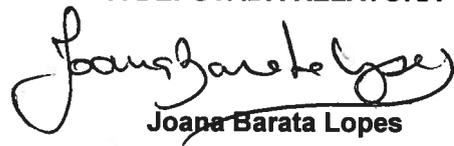


Ocupacionais) e de lares de idosos e não na área do Centro, que tem uma Unidade de Habilitação e Desenvolvimento que faz intervenção precoce. Nem tão pouco faz sentido partir o centro ao meio. Se tal acontecer, há cerca de 11 000 utentes que, na área da Grande Lisboa vão ficar desamparados, até porque aquela unidade é também um centro prescritor dos produtos de apoio.

A Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) agradeceu as informações trazidas pelas requerentes da audiência e propôs que fosse dirigido novo pedido de informações ao atual Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José Vieira da Silva, até porque, como é sabido, a Assembleia da República não tem poderes executivos.

A audiência foi gravada, constituindo a gravação áudio parte integrante do presente relatório.

A DEPUTADA RELATORA



Joana Barata Lopes